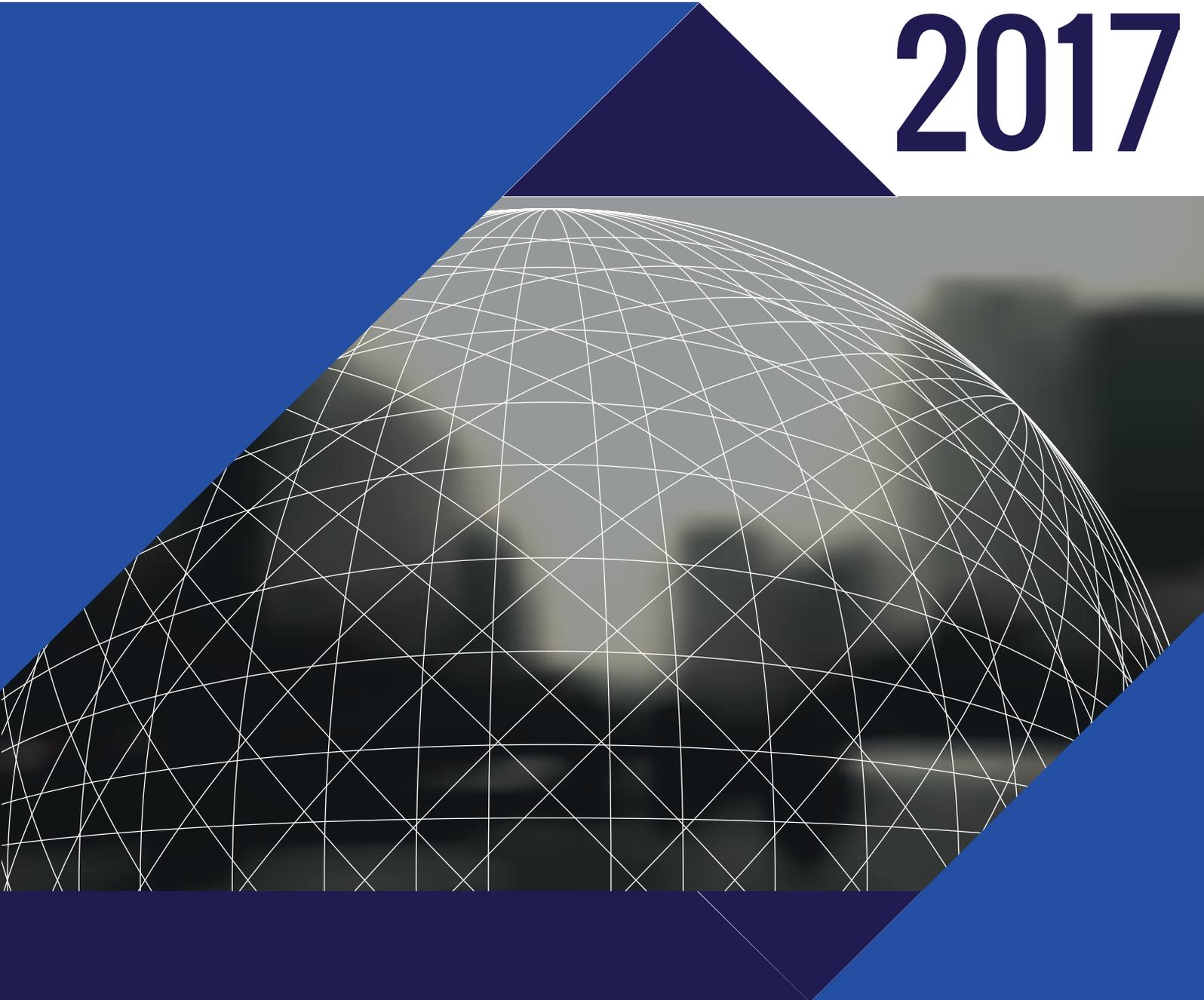


PLANO E ORÇAMENTO 2017



<http://www.cofre.org> 

geral@cofreprevidencia.pt 

INDICE

PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 2017	3
I. PLANO DE ACTIVIDADES	3
II. ORÇAMENTO ORDINÁRIO.....	10
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS	17
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS.....	18
DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS	19
DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS.....	20
III. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADES E O ORÇAMENTO PARA 2017.....	23

PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 2017

I. PLANO DE ACTIVIDADES

Venerandos sócios

Em cumprimento do disposto no Art.º 98º dos Estatutos, apresentamos e deixamos à consideração dos venerandos sócios o Orçamento Ordinário para o ano de 2017.

ABERTURA

Como temos, sistematicamente, repetido é uma preocupação do Conselho de Administração a sustentabilidade do Cofre e os Associados. É um tema repetitivo, sabemos disso, mas nunca é de mais lembrar a necessidade de entrarem sócios mais jovens, claro que são sempre bem-vindos de todas as faixas etárias, mas como sabem a idade é essencial para a nossa sustentabilidade. Continuaremos a trabalhar com esse objectivo no âmbito do programa designado por angariação, não só na sua entrada, mas igualmente na sua permanência.

Como dissemos no Plano de Actividades do ano transacto não nos tinha chegado da parte dos Associadas/as nenhum feedback quanto ao número de angariados apesar das contrapartidas. Este ano, se bem que ténue, notámos alguma diferença. Todos teremos de ser mais persuasivos mostrando e dando a conhecer, principalmente aos mais novos, o Cofre e os benefícios dados pela nossa Instituição no apoio e na solidariedade a todos sem excepção.

É uma constatação, o valor total das quotizações, como têm verificado no relatório e contas, tem aumentado. apesar da diminuição do número de sócios. Aquele facto deve-se ao perecimento dos nossos Associados mais velhinhos e com quotizações muito baixas, por exemplo 0,15€ e outras idênticas. A entrada de novos sócios, onde a quotização é bem mais elevada, colmata, o valor das quotizações relativamente aos Associados perecidos. Mas nós, para além do aumento do seu valor, queremos também o aumento do número de sócios.

Por isso, mais uma vez o nosso apelo no sentido de motivar os colegas de trabalho os amigos, convidando-os a aderirem à causa Cofre. Até ao dia de hoje, vamos com 728 novos Associados/as, entrados este ano.

A nossa perspectiva para o ano de 2017 é um pouco melhor. Estamos mais optimistas, as promessas feitas pelo Governo e o Orçamento Geral do Estado têm vindo e vão trazer, se bem que pouquinho, mais algum desafogo financeiro, permitindo-nos olhar para o futuro com outra esperança.

Como dissemos, no âmbito da estratégia delineada para a aquisição de imóveis, sempre com o objetivo de obter uma mais-valia para o Cofre e seus Associados, a venda dos Sapateiros por 2.000.000,00€ e o da Rua da Prata por 3.600.000,00€, adquirimos um palacete na Estrada das Laranjeiras pelo preço de 1.850.000,00€ com o objectivo de ali, centralizar todos os nossos Serviços Administrativos e de obter uma mais valia de 2.450.000,00€(líquido, depois de deduzido valor das obras efectuadas na R. da Prata) essencial para a nossa estratégia de desenvolvimento e de conforto para todos nós.

Todavia não foi ainda possível concretizá-la. A referida providência cautelar interposta pelo associado Ferraz impediu-nos de o fazer em tempo oportuno acrescido do prejuízo da perda daquela aquisição da Estrada das Laranjeiras por incumprimento do Cofre na realização da escritura no prazo acordado. Apesar de, com a boa vontade do proprietário, se ter conseguido ainda dois adiamentos, não foi possível mais levando assim à perda do sinal entregue pelo cofre de 185.000,00€ e à suspensão, apesar de não constar na providência cautelar, da venda do prédio da Rua da Prata, por uma questão de ética e deontologia.

Como sabem estes negócios e como referimos em tempo, têm a ver com o tempo e a oportunidade de negócio. Dada a procura de edifícios na baixa nomeadamente onde os prédios aludidos se localizam, o CA quis aproveitar o momento a fim de obter alguma mais valia transacionando os referidos prédios, mas o Sr. Associado tentou inviabilizar atrasando esta dinâmica vá lá saber-se a razão, mas por ela nos assistir, vamos conseguir.

Apesar de constarem nos anteriores Planos de Actividade e Orçamentos, do parecer favorável do Conselho Fiscal e a sua transacção estar inscrita nos Orçamentos aprovados nas respectivas Assembleias Gerais, apesar disso, dizíamos, o aludido Associado interpôs a referida acção ainda não decidida. Todavia estamos convictos que o Tribunal dará razão ao Cofre.

Relativamente ao prédio da Rua dos Sapateiros o comprador tem sido mais compreensivo, para o bem do Cofre. A indemnização, geradora do prejuízo, eventualmente a acontecer, temos esperança que não, poderá ser bem maior.

Apesar deste revês temporário na nossa previsão devidamente orçamentada não ficámos psicologicamente afectados, mas a gestão programada sim. Todavia contribuiu para nos transmitir mais energia, as injustiças e as maldades connosco têm essa virtude.

E, assim,

Aumentamos o número de bolsas de estudo para estudantes do ensino universitário para o ano letivo de 2016/2017. A procura e a lista de espera para as residências universitárias nas cidades de Lisboa e do Porto há muito esgotadas ter-nos-ia levado a procurar outras soluções não fora a quebra da previsão por força da providência cautelar.

Para o próximo ano lectivo vamos proceder a um reajustamento nas mensalidades.

A bolsa de compensação, conhecida por bolsa sénior, para os sócios com um rendimento insuficiente para o pagamento da prestação nas nossas residências seniores, vai continuar no ano de 2017.

O Seguro de Saúde, aí está com um número muito agradável de adesões “10.465” apesar de ainda se encontrar aquém das nossas perspectivas.

Continuamos com os nossos parceiros a resolver escolhos tornando-o mais acessível para todos e assim chegar a um maior número de locais.

Entretanto, estudámos e concluímos da necessidade de ter mais uma ferramenta seguradora para a diminuição do contencioso. Para o efeito prospecionámos junto das Companhias do ramo segurador com o objectivo de saber da viabilidade da solução, no sentido de salvaguardar a carência económica e outras carências acidentais do pretendente ao empréstimo do Cofre, resguardando ao mesmo tempo o incumprimento, que infelizmente pelos mais variados motivos, sucede com frequência, em termos de contencioso.

A conclusão dos trabalhos está para breve, as equipas multidisciplinares estão a trabalhar com afinco, com o objectivo de no próximo Janeiro se começar a usar a nova ferramenta.

Como dissemos, a gestão dos nossos Centros de Lazer passou a ser feita directamente por nós Cofre e apesar de algumas dificuldades na Quinta de Santa Iria, os resultados têm vindo a melhorar. Ambos os Centros tiveram uma procura e um período de estadias dos mais prolongados desde a sua existência, até a esta data 2116 e 1243, respectivamente no Vau e na QTA de Sta Iria. Com estes indicadores vamos continuar com esta política.

Como tem acontecido nos últimos dois anos, quanto ao aumento do período amortização da aquisição de habitação própria, para o próximo ano vamos continuar a permitir o aludido aumento, contribuindo desta forma para um maior desafogo financeiro dos nossos Associados(as).

Relativamente ao arrendamento, mantemos a decisão de não aplicar o coeficiente de aumento das rendas para o ano de 2017 e a taxa actual para a aquisição de habitação própria e obras.

O Contencioso, com um controlo apertado nas áreas mais problemáticas, habitação e abonos reembolsáveis como é do conhecimento de todos, nomeadamente a obrigatoriedade de apresentação do recibo da remuneração, das penhoras e do certificado do Banco de Portugal, tem vindo, pouco a pouco, a atenuar a tendência de aumento, assim entraram até ao momento 54 novos processos e foram encerrados pelos mais variados motivos 154. Em termos de valores e fazendo uma análise comparativa com o ano de 2015 onde atingimos o montante de 4.028.767, 44€, neste mês de Novembro vamos com 3.706.345,00€, é certo que não é um número final, todavia não se prevê uma subida acentuada daquele montante. Como dissemos é uma ténue melhoria mas não deixa de ser uma diferença de 322.422,44€.

Vamos continuar com estas medidas que se têm revelado mais eficazes para combater o incumprimento.

Relativamente aos aumentos, tivemos no ano de 2016 aumentos apenas para as duas classes de trabalhadores, as auxiliares de lar e os técnicos diminuindo um pouco a diferença salarial para os demais e contribuindo para algum desafogo. Para este ano atendendo ao facto de o Orçamento Geral do Estado prever uma diminuição fiscal incidente no IRS, não prevemos aumentos salariais.

Continuámos a promover e apoiar a formação dos nossos trabalhadores em todas as áreas.

Estamos a ultimar, para entrar brevemente em vigor, um Código de Ética e Conduta e um Manual de Procedimentos.

OS PROJECTOS PARA O ANO DE 2017

NO TERRENO DE QUELUZ

Depois de efetuada a limpeza do terreno e se ter construído o muro de segurança tínhamos a intenção, como dissemos, de fazer um concurso para o um projecto para numa primeira fase construir ali uma Residência de dia com particular ênfase nos doentes de Alzheimer e outras demências e um ATL. Mas pelos motivos relacionados com a providência e já explanados não foi possível iniciar o projecto. Mantemos esta previsão para o ano vindouro.

NA QUINTA DE SANTA IRIA – COVILHÃ

Com objetivo de economizar os combustíveis fósseis, no corrente ano continuámos a aumentar a iluminação solar por toda a Quinta e com o mesmo objetivo de economia levaremos a cabo a montagem de um sistema híbrido de aquecimento através sol e vento (a diminuição do valor da electricidade é uma realidade)

As condutas de água e os problemas eléctricos continuam a surpreender-nos mas de facto a fragilidade dos materiais iniciais a isso têm conduzido. Felizmente já falta pouco para a sua substituição total a última das quais foi a ETAR substituída por se ter danificado o equipamento assim como a conduta de transporte do poço 1 para o depósito de distribuição.

No último relatório de 2015 dissemos da necessidade de obras urgentes, para tornar a “praia”(assim chamada à área envolvente) e as piscinas mais seguras e acessíveis para todos, foi necessário terminar com a profundidade de 3 metros existente, fixando-a numa quota de 1,50 a 1,70 na descarga; rampa para deficientes e aumentando-a, para aproveitar os m3 existentes para 25 metros.

A piscina infantil também foi objecto de revisão, dotámos aqueles espaços de maior segurança na sua utilização, principalmente para os mais pequeninos e, sobretudo na qualidade da água como é o caso da infantil, onde o tratamento é feito por electrólise e não por cloro. Podemos agora usar e realizar com segurança eventos como hidroginástica e outros.

Deixámo-la preparada para numa 2.ª fase, tratar do aquecimento de água pelo sistema solar e tratamentos de saúde tendo como componente principal a água. Prevemos a realização das obras para a concretização deste projecto no decurso do próximo ano, depois de terem sido ouvidos numa consulta pública para aquele fim efectuada não só na Quinta de Sta Iria como igualmente no Sítio do Cofre.

O Campus de Ciência tem, como sempre dissemos que iria acontecer, lá diz o ditado “Roma e Pavia não se fizeram num só dia” mostrando mais vitalidade com a introdução de novos programas ligados à cultura, à ciência e ao lazer, os quais têm tido um grande acolhimento por parte dos mais e menos jovens como mostra o número de visitantes até ao momento, 1059 trazendo-nos não só um rendimento monetário essencial para a sua amortização, mas igualmente uma mais valia de conhecimento e de cultura essenciais para a memória futura daqueles meninos de hoje homens de amanhã essenciais para a continuidade do Cofre.

NO CENTRO DE LAZER DO VAU

Como se previu no mês de janeiro passado, como acontece anualmente, efectuámos as obras de restauro e conservação as quais são essenciais para continuar a prestar naquele espaço um serviço com qualidade e conforto. Para o ano, no aludido mês, vamos retomar as obras de conservação e restauro. Como sabem na sequência de uma queixa dos vizinhos do prédio a tardoz relativa ao “som”, eventualmente, emitido pelos canídeos ali abrigados na altura das férias (junho a agosto), a Câmara notificou-nos para encerrar os canis e gatis. Reclamámos da decisão não tendo até à data a Câmara de Portimão tido qualquer decisão.

NA RESIDÊNCIA DE LOURES

No ano de 2015 dada a discussão pública do Plano de Ordenamento Municipal, não foi possível, devido ao atraso na aprovação do nosso projecto, iniciar as obras de ampliação da residência em mais 24 camas. Aprovado o Plano de Ordenamento e o nosso projecto era nossa intenção, no decurso do ano de 2016 iniciar e concluir aquela ampliação, mas a providência cautelar ao impedir a entrada de um importante fluxo financeiro previsto para aquela obra obstou de o fazer. Temos esperança da sua realização e conclusão no ano de 2017.

NO CONCELHO DO SEIXAL

Como dissemos no ano de 2015, 70% dos nossos Associados localizam-se na área da grande Lisboa e Setúbal e na altura, para o ano de 2016, referimos a intenção de iniciar diligências junto das autarquias ou de particulares, com o objectivo de encontrar um espaço para construir uma Residência Sénior, ou uma já existente para alojar os nossos Associados seniores ali residentes. Já a encontrámos numa entidade privada na área daquele Concelho. Todavia face à problemática da providencia cautelar abstivemo-nos de, no ano em curso, tomar essa iniciativa por envolver custos.

NO DISTRITO DE LEIRIA

Abstivemo-nos, mais uma vez, pelas razões aludidas para o conselho do Seixal de tomar a iniciativa. Fá-lo-emos no ano de 2017 dada a sua localização e os distritos confinantes, onde temos cerca de 6 mil sócios, continuaremos com as diligências junto da Câmara Municipal no sentido de obter um espaço com as dimensões dignas para a construção de mais uma Residência Sénior.

NO DISTRITO DO PORTO

No ano de 2016, pouco se avançou no processo de loteamento. Esperamos no próximo ano dar mais um passo na conclusão daquele projeto de urbanização com a sua viabilização por parte da Câmara Municipal de Gaia, a fim de se amortizar o investimento então realizado. Optámos por fazer protocolos para o alojamento dos nossos Associados daquela Região Norte.

O FINANCIAMENTO À HABITAÇÃO E AOS ABONOS REEMBOLSÁVEIS:

A crise financeira e económica ainda subsiste e o incumprimento obriga-nos a ter ainda alguma contenção orçamental, assim decidimos para o ano de 2017 a seguinte dotação empréstimos à habitação 3.500.000,00€ e para os abonos reembolsáveis 6.500.000,00€.

NOS RECURSOS HUMANOS

A sua valorização é essencial, o reconhecimento do mérito também são factores decisivos na progressão profissional.

Para isso é fundamental formar para existir a eficiência, a produtividade, a correção, a simpatia e a disponibilidade. A mobilidade interna é também um factor de inovação e conhecimento.

A avaliação de desempenho é hoje muito mais rigorosa e justa para todos.

Estando previsto no decurso do ano de 2017, a introdução de um Código de Conduta e Ética e de um Manual de Procedimentos, como já foi referido.

A boa gestão dos recursos humanos é essencial em qualquer Instituição, procuramos fazê-lo sendo um objetivo deste CA a polivalência, actualmente, uma realidade para os novos contratos assim como a sua optimização. Todavia a existência de duas Residências Sénior

e de dois Centros de Lazer com o aumento dos serviços prestados, apesar da optimização, irá naturalmente exigir novas contratações, nomeadamente nas áreas técnicas.

Esperemos que esta expectativa não saia defraudada por novas atitudes impercetíveis, incoerentes e, na nossa opinião, sem sentido, por quem não se preocupa com os meios para atingir os seus fins pessoais em detrimento dos da Instituição arrastando consigo outros de idêntico carácter mesmo que isso traga prejuízo para o Cofre, como foi o caso da interposição de uma Providência Cautelar sobre a venda do prédio da Rua dos Sapateiros e a compra do prédio da Estrada das Laranjeiras. Sobre isso falaremos mais adiante.

II. ORÇAMENTO ORDINÁRIO

1. - Considerações Técnicas

As estimativas, de receitas e despesas para o próximo ano, assentam em critérios rigorosos indispensáveis à segurança da instituição.

A análise financeira efetuada no decurso do ano de 2016 e o resultado dos exercícios findos, permitem-nos concluir pela realização dos objetivos ora propostos.

O “Orçamento” continua a ser construído na óptica das receitas e despesas, levando a confinar-se num “Mapa de Tesouraria” reflectindo apenas os movimentos relacionados com recebimentos e pagamentos ocorridos no decurso do respetivo ano. Não deixando por isso de ter outras premissas entre as quais estão os prazos de recebimento, pagamento e os saldos a existir à data do próximo dia 31 de Dezembro, assim como os do ano orçamentado.

Neste Orçamento, os pagamentos das despesas correntes e de capital (Investimentos) são apresentados com dedução do IVA facturado, quando se relacionem com atividades passíveis da sua aplicação.

A receita é líquida de IVA. A diferença entre os valores a liquidar e os dedutíveis é inserida em “Operações extra – orçamentais”.

2.- Explicação Orçamental

Na sua explicação apenas incluiremos, as rubricas que, dado seu peso percentual, mereçam ser objeto de comentários.

2.1. Receitas Correntes

Para o total de 7.223.000,00 € previstos em receitas correntes, as componentes a assumirem maior importância pelo seu peso percentual são, os “rendimentos da propriedade” e as “transferências correntes”. Os primeiros respeitam a juros obtidos com os empréstimos concedidos e os segundos aos recebimentos da quotização, serviços prestados nos Centros de Lazer do Vau/Covilhã e nas residências seniores e universitárias.

2.1.1 – Rendimentos da Propriedade

Um dos capítulos que integram as “Receitas Correntes” é o de “Rendimento da Propriedade”.

2.1.1.1.- “Juros - Famílias” – “Abonos Reembolsáveis”

No conjunto dos financiamentos concedidos, são os abonos reembolsáveis os mais procurados. Contribuem para este afluxo, as condições de reembolso, não só no referente aos prazos mas também às taxas de remuneração.

2.1.1.2.- “Juros - Famílias” – “Propriedade Resolúvel” e “Obras de Beneficiação”

Quanto à propriedade resolúvel a dotação para o ano de 2017 manteve a mesma dotação em relação ao ano anterior.

2.1.1.3- “Juros – Sociedades Financeiras”

Os juros estimados nesta rubrica são inerentes às “aplicações de tesouraria” existentes nesta data e que manteremos em 2017. Prevê-se um total de 23.000,00 €.

Estima-se na rubrica “rendimentos da propriedade – Famílias”, correspondendo ao total de juros provenientes dos financiamentos à habitação e de abonos reembolsáveis, seja na ordem de 1.530.000,00 €.

Assim, em “rendimentos da propriedade” prevê-se um total de 1.564.000,00 €, sendo 1.530.000,00 € relativos a “Juros - Famílias”, 11.000,00 € de juros provenientes da

imobilização financeira em Títulos de dívida pública e 23.000,00 € de “juros - sociedades financeiras”.

2.1.2 - Transferências Correntes

2.1.2.1 - Famílias

Para o conjunto de receitas provenientes de quotização, centros de Lazer – Vau, Covilhã e das Residências Seniores de Loures, Vila Fernando e Universitárias de Lisboa e Porto, prevê-se um total de 5.300.000,00 €.

Quanto à quotização, podemos estimar que do proveito total a obter no ano de 2017, somado ao saldo previsto para o próximo dia 31 de Dezembro e deduzido do saldo provável em 31 de Dezembro de 2017, sejam cobrados, no decurso do ano orçamentado, 3.455.000,00 €.

Da ocupação do Centro de Lazer – Vau, podemos estimar que a cobrança desta receita será de 530.000,00 €.

Na Residência de Loures, estima-se uma receita de 542.500,00 €.

Para a Residência de Vila Fernando, cuja capacidade máxima de ocupação já se atingiu, prevemos uma receita de 302.500,00 €.

Apesar da divulgação efectuada e da boa receptividade, como se constatou no ano em curso, para o empreendimento da Covilhã, continuamos a acautelar a receita da atividade desenvolvida na Unidade de Turismo Rural, estimando-a apenas em 320.000,00 €.

E,

Para as Residências Universitárias de Lisboa e do Porto, uma receita de 100.000,00€.

2.1.2.2.- Venda de bens e serviços correntes

Este capítulo agrega as receitas provenientes de “venda” de outros serviços prestados, como viagens e arrendamento de habitações e edifícios (lojas do Vau), a realizar em 2017, e, ainda, a cobrança de saldos transitados de 2016, onde esperamos atingir o valor de 327.000,00 €.

2.2.- Receitas de Capital

2.2.1.- Activos Financeiros

Ponderados os pressupostos para a previsão destes recursos, estimamos uma receita de “Ativos financeiros” aproximada de 5.801.000,00 €.

Para os “abonos reembolsáveis”, procedemos ao cálculo do retorno de capital com base no prazo máximo de reembolso, embora a escolha dos associados seja diversificada.

2.2.2.- Outras Receitas de Capital

As dotações então efectuadas não foram utilizadas na sua totalidade, prevendo-se assim ser o valor a constituir no “saldo da gerência anterior”, a transitar para o ano de 2017, na ordem de 4.265.000,00 €.

2.3- Operações extra - orçamentais

Em “operações de tesouraria – retenção de receitas do Estado” são inseridos os descontos efetuados nos vencimentos dos funcionários, assim como os encargos do Cofre a entregar ao Estado no mês subsequente, tendo a correspondente contrapartida na rubrica com a mesma denominação em “Despesas”.

As “outras operações de tesouraria” incluem também os fluxos relativos às operações com terceiros sem “receita” ou “despesa”, mas com expressão na tesouraria.

2.4.- Despesas Correntes

Neste agrupamento inserem-se as despesas com o pessoal, a aquisição de bens, serviços e transferências correntes, como despesas de maior volume.

Nas “despesas com o pessoal”, encontram-se previstos os ajustamentos necessários e inerentes à eficiência pretendida ao nível do funcionamento dos serviços.

Na “aquisição de bens e serviços”, estão incluídas as despesas respeitantes ao fornecimento e serviços adquiridos a entidades externas indispensáveis ao funcionamento das diversas atividades da Instituição.

Em “transferências correntes”, ajustámos os valores das rubricas que compõem este grupo e de acordo com os acontecimentos verificados ao longo do ano, poder-se-á elevar a previsão total para 1.121.000,00€.

O aumento da rubrica “Dotação provisional” em 600.000,00 € passando para o valor de 610.000,00€, deve-se à eventualidade da venda da Rua dos Sapateiros não se concretizar.

O total de despesas correntes estimado atinge os 6.244.000,00 €.

2.5.- Despesas de Capital

O financiamento da tesouraria para o ano de 2017 será efectuado com o somatório dos fundos cuja existência se prevê para o final do presente exercício e dos recursos estimados para o próximo ano.

As componentes de maior volume são a “aquisição de bens de capital” e os “activos financeiros”, este último subdividindo-se em “empréstimos de curto, médio e longo prazo” – “Sociedades financeiras” e “Famílias”. Nestas “Famílias” estão incluídas as dotações entendidas como necessárias à satisfação dos pedidos de financiamento, tendo em conta a análise comportamental dos associados face às dificuldades económicas que, eventualmente, se agravem no decurso do próximo ano.

A “aquisição de bens de capital” corresponde aos Investimentos, aos aumentos de Activos decorrentes de grandes beneficiações a efetuar em edifícios e habitações, ou substituição de bens. Para esta componente prevê-se um total de 5.195.000,00 €.

Os excedentes possíveis encontram-se integrados nas rubricas das Sociedades Financeiras, permitindo-nos prever um saldo no fim do exercício de 2017 de 1.800.000,00 €, uma parte aplicada em diversos produtos a médio e longo prazo e outra em disponibilidades a curto prazo.

Das dotações que compõem estas despesas com “Famílias”, salientamos:

- Empréstimos a médio e longo prazo (financiamento para aquisição de habitação, transferências de hipotecas e obras de beneficiação): 3.850.000,00 €;
- Abonos reembolsáveis e outros empréstimos: 6.680.000,00 €;
- Segundas tranches e seguintes, de empréstimos para a construção e beneficiação de habitação: 20.000,00 €.

Para a realização e integral cumprimento do orçamento é necessário contar com a colaboração de todos como tem acontecido, Associados, Trabalhadores, Órgãos Sociais, Prestadores de serviços e Fornecedores.

A situação económica e financeira vigente apresenta, segundo os dados de várias organizações nacionais e europeias, perspectivas de melhoria as quais podem influenciar positivamente a economia familiar dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública a qual naturalmente se transmitirá à família Cofre em todas as suas vertentes.

Todavia não devemos descurar o trabalho na angariação de sócios e, antes pelo contrário, devemos incentivá-lo não olhando para a eventual melhoria, mas como se ela não existisse. O trabalho em prol da nossa comunidade mais desfavorecida deve continuar com ênfase na ajuda, as disponibilidades do Cofre e a nossa solidariedade e responsabilidade serão uma constante.

E;

Como é sabido a construção de qualquer orçamento tem por base pressupostos decorrentes do plano de actividades e, como sabem trata-se de uma previsão de resultados dependentes de uma série de factores os quais, podem influenciar o seu desenvolvimento na concretização ou não da previsão inicialmente planificada por quem detém a responsabilidade de gestão da Instituição. Todavia é um instrumento de trabalho essencial para a Instituição.

Concluindo;

Tudo isto não teria sido possível sem a participação activa, diligente e participativa da maior parte dos trabalhadores do Cofre e dos nossos prestadores e fornecedores dos mais variados serviços.

Assim, esperamos, com este orçamento merecer a vossa aprovação. Assim, esperamos, com este orçamento merecer a vossa aprovação.

Lisboa, 22 de Novembro de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

*Américo Tomé Jardim
Maria Catarina Gonçalves dos Santos
Francisco Manuel Feliciano Pínteus
Maria Manuela Charrua Franco
Vitor Calado Luz*

Os Signatários não aderiram ao actual acordo ortográfico

RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS

RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS

Unidade: 1000€

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	RECEITAS CORRENTES	
04	Taxas, multas e outras penalidades	30,00
05	Rendimentos da propriedade	1.564,00
06	Transferências correntes	5.300,00
07	Venda de bens e serviços correntes	327,00
08	Outras receitas correntes	2,00
	Total de receitas correntes	7.223,00
	RECEITAS DE CAPITAL	
09	Venda de bens de investimento	6.500,00
11	Activos financeiros	5.801,00
16	Saldo da gerência anterior	4.265,00
	Total de receitas de capital	16.566,00
17	Operações extra-orçamentais	2.000,00
	Total orçamentado	25.789,00

RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000€

AGRUPAMENTO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	2.839,00
02	Aquisição de bens e serviços	1.659,00
03	Juros e outros encargos	5,00
04	Transferências correntes	1.121,00
06	Outras despesas correntes	620,00
	Total de despesas correntes	6.244,00
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	Aquisição de bens de capital	5.195,00
09	Activos financeiros	12.350,00
	Total de despesas de capital	17.545,00
12	Operações extra-orçamentais	2.000,00
	Total orçamentado	25.789,00

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS

Unidade: 1000€

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	Artigo	Grupo	Capítulo
RECEITAS CORRENTES						
04	02		Taxas, multas e outras penalidades			
		01	Multas e outras penalidades			
			Juros de Mora	15,00		
		99	Multas e penalidades diversas	15,00	30,00	30,00
05	02		Rendimentos da propriedade			
		01	Juros - Sociedades financeiras			
			Bancos e outras instituições financeiras	23,00	23,00	
	03		Juros - Administrações públicas			
		02	Juros - Administrat.central - Serviços e fundos autónomos	11,00	11,00	
	05		Juros - Famílias		1.530,00	1.564,00
06	08		Transferências correntes			
			Famílias			
		01	Famílias	5.300,00	5.300,00	5.300,00
07	02		Venda de bens e serviços correntes			
			Venda de Serviços			
		99	Outros	29,00	29,00	
	03		Rendas			
		01	Habitações	258,00		
		02	Edifícios	40,00	298,00	327,00
08	01		Outras receitas correntes			
			Outras			
		99	Outras	2,00	2,00	2,00
Total de receitas correntes						7.223,00
RECEITAS DE CAPITAL						
09	02		Venda de bens de investimento			
			Habitações			
		10	Famílias	6.500,00	6.500,00	6.500,00
11	03		Activos financeiros			
			Títulos a médio e longo prazos			
		04	Administ.pública-Adm.central-Serv. e fundos autónomos	1,00	1,00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		10	Famílias	5.800,00	5.800,00	5.801,00
16	01		Saldo da gerência anterior			
			Saldo orçamental			
		01	Na posse do serviço			
			A - Tesouraria (Bancos e Caixa)	865,00		
			B - Instituições Financeiras (Saldo de aplicações)	3.400,00	4.265,00	4.265,00
Total de receitas de capital						16.566,00
17	01		Operações extra - orçamentais			
			Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado		1.000,00	
	02		Outras operações de tesouraria		1.000,00	2.000,00
Total orçamentado						25.789,00

DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000€

Agrup.	Subagrup	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			DESPESAS CORRENTES			
01			Despesas com o pessoal			
	01		Remunerações certas e permanentes			
		03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1.397,50		
		04	Pessoal dos quadros - Regime cont.indiv.trabalho	1,00		
		06	Pessoal contratado a termo	209,50		
		07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1,00		
		08	Pessoal aguardando aposentação	3,00		
		09	Pessoal em qualquer outra situação	2,00		
		11	Representação	1,00		
		13	Subsídio de refeição	135,00		
		14	Subsídio de férias e de Natal	273,00		
		15	Remunerações por doença e maternidade/patern	3,00	2.026,00	
	02		Abonos variáveis ou eventuais			
		02	Horas extraordinárias	15,00		
		04	Ajudas de custo	1,00		
		05	Abono para falhas	6,00		
		06	Formação	10,00		
		07	Colaboração técnica e especializada	1,00		
		11	Subsídio de turno	43,00		
		12	Indemnizações por cessação de funções	5,00		
		13	Outros suplementos e prémios	131,00		
		14	Outros abonos em numerário ou espécie			
			A - Remunerações de corpos gerentes	25,00		
			B - Outros abonos em numerário ou espécie	1,00	238,00	
	03		Segurança social			
		01	Encargos com a saúde	3,00		
		03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1,50		
		04	Outras prestações familiares	1,00		
		05	Contribuições para a segurança social	489,50		
		08	Outras pensões	38,00		
		09	Seguros	41,00		
		10	Outras despesas de segurança social	1,00	575,00	2.839,00
02			Aquisição de bens e serviços			
	01		Aquisição de bens			
		02	Combustíveis e lubrificantes	40,00		
			A transportar	40,00		2.839,00

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagrup	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte	40,00		2.839,00
		04	Limpeza e higiene	70,00		
		06	Alimentação - Géneros para confeccionar	50,00		
		07	Vestuário e artigos pessoais	10,00		
		08	Material de escritório	30,00		
		11	Material de consumo clínico	6,00		
		15	Prémios, condecorações e ofertas	5,00		
		17	Ferramentas e utensílios	10,00		
		18	Livros e documentação técnica	2,00		
		21	Outros bens	40,00	263,00	
	02		Aquisição de serviços			
		01	Encargos das instalações	210,00		
		02	Limpeza e higiene	45,00		
		03	Conservação de bens	160,00		
		09	Comunicações	180,00		
		10	Transportes	3,00		
		11	Representações dos serviços	5,00		
		12	Seguros	50,00		
		13	Deslocações e estadas	10,00		
		14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4,00		
		15	Formação	5,00		
		17	Publicidade	5,00		
		18	Vigilância e segurança	72,50		
		19	Assistência técnica	5,00		
		20	Outros trabalhos especializados	486,50		
		25	Outros serviços	155,00	1.396,00	1.659,00
03			Juros e outros encargos			
	05		Outros juros			
		02	Outros	5,00	5,00	5,00
04			Transferências correntes			
	07		Instituições sem fins lucrativos			
		01	Instituições sem fins lucrativos	1,00	1,00	
	08		Famílias			
		02	Outras			
			A - Subsídios por morte, de luto e funeral	550,00		
			B - Reembolso de vencimentos perd. por doença	500,00		
			C - Rendas vitalícias	30,00		
			D - Bolsas de Estudo	35,00		
			E - Subsídios sociais	5,00	1.120,00	1.121,00
			A transportar			5.624,00

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagru	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte			5.624,00
06			Outras despesas correntes			
	01		Dotação provisional		610,00	
	02		Diversas			
		01	Impostos e Taxas	1,00		
		03	Outras			
			A - Restituições	5,00		
			B - Diversos	4,00	10,00	620,00
			Total de despesas correntes			6.244,00
			DESPESAS DE CAPITAL			
07			Aquisição de bens de capital			
	01		Investimentos			
		02	Habitacões	250,00		
		03	Edifícios	3.350,00		
		04	Construções diversas	5,00		
		06	Equipamento de transporte	30,00		
		07	Equipamento de informática	35,00		
		09	Equipamento administrativo	20,00		
		10	Equipamento básico	1.500,00		
		15	Outros investimentos	5,00	5.195,00	5.195,00
09			Activos financeiros			
	05		Empréstimos a curto prazo			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	550,00	550,00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	1.250,00	1.250,00	
		13	Famílias - Outras			
			A - Propriedade resolúvel	3.500,00		
			B - Beneficiação em casa dos sócios	350,00		
			C - Subsídios reembolsáveis	6.500,00		
			D - Outros empréstimos ou adiantamentos	180,00		
			E - Empréstimos para construção e beneficiação, concedidos em anos ant.-2ª tranche e seguintes	20,00	10.550,00	12.350,00
			Total de despesas de capital			17.545,00
12			Operações extra-orçamentais			
	01		Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado		1.000,00	
	02		Outras operações de tesouraria		1.000,00	2.000,00
			Total orçamentado			25.789,00

III. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADES E O ORÇAMENTO PARA 2017

Nos termos do artº 104 dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado, a seguir designado abreviadamente por COFRE, o Conselho Fiscal (CF), em sessão de 7 de Dezembro de 2016, analisou o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento para 2017 apresentada aos sócios pelo Conselho de Administração (CA).

1. PLANO DE ACTIVIDADES

1.1. O CF reitera a sua posição relacionada com as actividades do COFRE, explicitada, designadamente, no Parecer relativo ao Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, que aqui se reproduz: “Ainda sobre os Centros de Lazer, o CF não pode deixar de esclarecer o seu posicionamento quanto ao facto de o COFRE gerir um património visando assumir actividades de carácter essencialmente social (actualmente: financiamentos, residências sénior e residências universitárias), podendo admitir-se ainda as de carácter cultural, pelo que o custo operacional de todas as actividades que não sejam as indicadas, designadamente, as de lazer, devem ser, no essencial, suportadas pelos utilizadores das mesmas, não devendo o COFRE por si só continuar a suportar custos de funcionamento e de financiamento de valências não rentáveis, consumindo excedentes gerados por outras ou recursos próprios do Cofre, podendo contribuir negativamente, em última análise, para a sustentabilidade das restantes, que são a génese da Instituição”.

Assim, o CF alerta o CA para projectos de interesse relativo, satisfazendo um número reduzido de utentes mas “a final” comparticipados por todos, ou seja, pela Instituição, absorvendo recursos financeiros em vez de gerar fluxos a aplicar no essencial do seu objecto social, o apoio aos associados. Em matéria de equipamentos de carácter não propriamente social o CF recomenda a adopção do princípio do utilizador/pagador.

Mostra-se assim relevante que o CA mantenha o foco no que é a natureza social do COFRE, com salvaguarda dos seus activos, face aos compromissos assumidos, situação esta, entre outras, também evidenciada no recente Relatório Preliminar de Auditoria ao exercício de 2016 do ROC (Revisor Oficial de Contas), datado de Outubro último.

1.2. Face ao acima referido, o CF concorda com as intenções previstas no Plano de Actividades relacionadas com equipamentos de cariz social, nomeadamente com o aproveitamento do terreno de Queluz para apoio dos associados seniores, com o alargamento da residência de Loures, com a possibilidade de encontrar um espaço na área do Seixal e outro na de Leiria para a construção de uma residência sénior em cada uma das referidas áreas e com a realização de protocolos no Distrito do Porto para alojamento de associados seniores residentes na Região Norte.

Conforme evidencia o antes referido Relatório do ROC, importa evidenciar que no período 2010/2016, o COFRE investiu cerca de 12.000.000,00€, valor de elevado significado, principalmente se considerarmos o período de recessão da economia, o que importa acautelar, sendo que no respeitante à Quinta de Santa Iria, entre 2011 e 2015 as despesas com obras, repartidas entre melhorias necessárias no edifício principal e apartamentos, pequenos e médios investimentos e investimentos de vulto, totalizaram perto de 1.000.000,00€, tendo o investimento no campo multiusos e no auditório, observatório e planetário atingido 427.604,00€. Até 30/6/2016, os investimentos em curso já totalizavam 274.152,00€.

Dado que aos investimentos na Quinta visando intensificar uma oferta de qualidade não tem correspondido um aumento significativo da ocupação média anual, que se mantém inferior a 35%, ou seja, não tem havido um aumento proporcional da procura, e que os investimentos de vulto efectuados relativamente a outras valências naquele espaço não têm gerado receitas que concorram para melhorar os resultados globais do Centro de Lazer em causa, o CF não aconselha outras despesas naquele empreendimento que não sejam de reparações e manutenção imprescindíveis, bem como as que visem a efetiva diminuição de despesas correntes. Entende assim neste contexto, o CF, que seja ponderado o imediatismo do projecto de tratamento de saúde tendo como componente fundamental a água, conforme previsto no Plano de Actividades para 2017 e sobre o qual não são referidos elementos que o CF entende necessários, como seja um estudo de viabilidade económica e financeira, e os impactos daí resultantes, bem como as exigências feitas pelas competentes autoridades de saúde.

Ainda sobre a Quinta, há que reconhecer que os seus resultados têm vindo a ser sempre negativos, tendo sido, nos últimos exercícios (2014 e 2015), respectivamente, de - 375.256,06 € e - 427.627,56 €, não obstante o reconhecido esforço do CA no sentido de melhorar a qualidade da oferta de serviços e de reduzir gastos correntes.

O CF entende deixar um alerta ao CA no sentido de que as restrições acima assinaladas quanto à Quinta de Santa Iria deverem ser extensivas a outros equipamentos que saiam fora do objectivo essencial do COFRE face à sua natureza social.

1.3. Quanto às intenções previstas no Plano, que efectivamente beneficiem a Instituição e seus associados, o CF apoia e incentiva o CA a conseguir rapidamente uma solução para o terreno de Arcozelo (situação transitada da anterior gestão), dada a mais-valia que certamente advirá para o COFRE com a decisão correcta que tomou, ou seja, a urbanização do mesmo.

Sobre os projectos que tenham viabilidade a partir do início do próximo ano e impliquem gastos avultados, designadamente com obras, o CF recomenda que sejam previamente divulgados os adequados estudos de viabilidade económica e financeira e a previsão do início e fim dos mesmos.

1.4. Quanto à situação da venda do imóvel da Rua dos Sapateiros, aquando da apreciação do Plano de Actividades e do Projecto de Orçamento para 2016, o CF concordou com a proposta apresentada de compra de um edifício nas Laranjeiras, onde seriam alojados todos os Serviços do COFRE, tendo tal concordância por base proporcionar a concentração dos Serviços Administrativos num único edifício com melhores condições, com a consequente rentabilidade de sinergias e ganhos de produtividade e, por outro lado, pelas garantias que obteve de que os custos da aquisição seriam suportados pela alienação dos edifícios da Rua dos Sapateiros e da Rua da Prata em termos vantajosos, tendo o CF na oportunidade alertado, para quando da venda do edifício da Rua da Prata serem ponderados o custos entretanto suportados.

Como se pode ver no Plano de actividades para 2017 (pg.2), devido a uma providência cautelar interposta por um sócio quanto à venda do edifício da Rua dos Sapateiros, não foi possível realizar o negócio.

Entretanto, já tinham sido iniciadas obras no edifício da Rua da Prata, as quais foram mandadas suspender, tendo todavia já sido efetuados pagamentos dessas obras.

Tendo em conta a recomendação do ROC no seu relatório quanto à matéria das referidas obras, em reunião do CF realizada em 25 de Novembro último, para a qual foi convidado o Presidente do CA, o mesmo prestou esclarecimentos quanto ao grau de execução das mesmas, pelo que sem embargo dos referidos esclarecimentos, os quais ficaram registados em Acta, entende o CF que quanto a esta matéria o CA deve adotar as providências que entender como adequadas.

1.5. O CF congratula-se com a deliberação do CA em manter a dotação do Orçamento anterior para abonos reembolsáveis e aumentar em 1.000.000€ a dotação para empréstimos destinados à aquisição de habitação e obras em habitação própria. Sobre a aquisição de habitação, recomenda que o CA equacione procedimentos que permitam agilizar os prazos para a escritura.

2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Quanto ao Orçamento, o CF considera-o equilibrado, entendendo, no entanto, que o incremento previsto para as receitas correntes implique o aumento do pagamento de serviços prestados. Nestes termos, reitera a recomendação já efectuada, designadamente no Parecer relativo ao Relatório e Contas de 2015, no sentido de nas Residências Senior ser encarada a possibilidade de pagamentos diferenciados por parte dos utentes em função dos respectivos rendimentos, com base na pensão de aposentação.

O CF recomenda, ainda, que o sinal correspondente ao contrato de promessa de compra do edifício das Laranjeiras, tal como sucedeu com o da venda do edifício da Rua dos Sapateiros seja também provisionado,

3. OUTRAS PROPOSTAS

Finalmente, o CF sugere ao CA a adopção das recomendações constantes no já mencionado Relatório Preliminar de Auditoria – exercício de 2016 – com impacto na gestão financeira do COFRE.

CONCLUSÃO

O CF reconhece que o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento contêm os elementos essenciais para a Assembleia-Geral poder deliberar sobre os mesmos.

Em 07 de Dezembro de 2016

O Conselho Fiscal,

*Elder Carlos de Sousa Fernandes
Hilário Estêvão Cochicho Modas
José Alexandre Aleixo Ramalho*